



-----**Mandato 2017/2021**-----

-----**Conferência de Representantes dos Grupos Municipais**-----

-----**Ata Número Três**-----

----- Aos vinte dias do mês de Novembro de dois mil e dezassete, reuniu, na sala dois das Comissões, sita no edifício da Assembleia Municipal de Lisboa, nos termos dos artigos vigésimo sétimo e vigésimo oitavo do Regimento para o mandato dois mil e treze - dois mil e dezassete, ainda em vigor, a Conferência de Representantes dos Grupos Municipais, a qual foi presidida pela Senhora Presidente da Assembleia Municipal de Lisboa, Maria Helena do Rego da Costa Salema Roseta, tendo estado presentes os Deputados Municipais que assinaram a lista de presenças em anexo. -----

-----Esteve ainda presente, nos termos do número três do artigo vigésimo sétimo do Regimento da Assembleia Municipal de Lisboa, e, em representação da Câmara Municipal de Lisboa, o Senhor Vereador João Paulo Saraiva que, também, assinou a referida lista.----

-----Às catorze horas e trinta minutos, a Senhora Presidente deu início à reunião, com a seguinte ordem de trabalhos: -----

1. Participação dos Grupos Municipais e Independentes nas Comissões Permanentes na sequência da aprovação da Proposta 004/AM/2017 (doc. 1)-----
2. Indicação de candidaturas para a eleição de dois Presidentes de Junta (um efetivo e um suplente) em representação das freguesias do Município de Lisboa no XXIII Congresso da ANMP-----
3. Indicação de candidaturas para a eleição dos membros do Conselho Municipal de Segurança (doc. 2)-----
4. Apreciação da Proposta 001/PSD/2017 - Debate Temático sobre Segurança e Qualidade de Vida Nocturna na cidade de Lisboa (doc.3)-----
5. Ajustamento do Calendário das reuniões da AML até final de 2017 (doc. 4)-----
6. Outros assuntos-----

Ponto 1: Participação dos Grupos Municipais e Independentes nas Comissões Permanentes na sequência da aprovação da Proposta 004/AM/2017 (doc. 1)-----

-----**A Senhora Presidente** começou por dizer que havia feito um exercício de distribuição de participações nas Comissões partindo de um pressuposto que, eventualmente, poderia estar errado, concretamente que o PSD pretendia ter o mesmo número de pessoas em todas as comissões.-----

-----Explicou que recolhera as opiniões de todos os outros grupos municipais e do conjunto dos Senhores Deputados Independentes, informando que os últimos haviam solicitado dez posições para oito deputados, pedido que lhe parecia estar dentro do limite do razoável, uma vez que, teoricamente, os mesmos poderiam ter solicitado dezasseis posições.-----

-----Transmitiu que todos os partidos que tinham dois deputados haviam solicitado seis posições, o que também era possível, dado que o limite era de três posições para cada deputado. Acrescentou que o BE, o PCP e o CDS-PP tinham pedido apenas um deputado em cada comissão, ainda que pudessem ter pedido mais, e sublinhou que se o PSD adotasse o critério do mandato anterior, na base de duas indicações para cada deputado, teriam um total de vinte e quatro posições.-----

-----Referiu que teria que se apurar se a soma das posições do PSD, CDS, PCP, BE, PPM,



PEV, PAN e do MPT, por um lado, e do PS e Independentes, por outro, permitiria manter a maioria existente no Plenário, concluindo que caberia ao PS e ao PSD expressar o seu entendimento sobre o que acabara de ser exposto, mais precisamente, se consideravam certo o método seguido, ou se pretendiam apresentar alguma proposta de alteração.-----

-----**O Senhor Deputado Municipal Luís Newton** observou que os partidos que tinham elegido dois deputados tinham a representação máxima quanto ao número de lugares a preencher.-----

-----**A Senhora Presidente** lembrou que essa situação era a que estava prevista no Regimento que ainda estava em vigor.-----

-----**O Senhor Deputado Municipal Luís Newton** salientou que a situação que estava em cima da mesa criava alguma desproporcionalidade, aliás, mais uma.-----

-----**A Senhora Presidente** respondeu que para que houvesse proporcionalidade teria que haver nas comissões o mesmo número de deputados que existia no Plenário e que isso não era possível.-----

-----**O Senhor Deputado Municipal Luís Newton** disse concordar com a Senhora Presidente.-----

-----**A Senhora Presidente** recordou que o mínimo seria cada deputado estar numa comissão, o máximo, em três comissões, e que o objectivo do mandato anterior, e que, em sua opinião, deveria ser mantido, fora, na medida do possível, garantir que todos os grupos estivessem em todas as comissões, sendo essa a razão que justificava a situação dos partidos pequenos. Explicou que a ideia fora a desses partidos poderem estar no máximo de comissões, até para evitar as situações em que esses partidos pequenos pediam, ao abrigo do Regimento, “para estarem, sem estar” em algumas reuniões de comissões que não integravam, estando presentes, mas não podendo votar.-----

-----Frisou que esse critério não lhe parecia errado, mas que se os Senhores Representantes não concordassem com o mesmo que o expressassem.-----

-----Referiu que o PSD, como tinha doze deputados, poderia ter até trinta e seis lugares e que o CDS e o PCP poderiam ter quinze posições, mas que só haviam proposto oito.-----

-----Disse que também o BE propusera oito posições, em doze possíveis.-----

-----Pediú ao PSD que tivesse o critério exposto em consideração, até por uma questão de economia de meios, sublinhando que o que estava a ser proposto em relação à composição das comissões, em termos de números, era muito aproximado e tinha a mesma ordem de grandeza relativamente ao que fora aprovado no mandato anterior.-----

-----Recordou que o número máximo de membros que uma comissão tivera no mandato anterior fora vinte e três, aliás, duas comissões, mais precisamente a 3.^a e a 6.^a, frisando que a sua proposta não previa que qualquer comissão tivesse tantos membros.-----

-----Terminou, apelando a que fosse tido em conta o “orçamento da Assembleia” mas, também, a necessidade de terem, dentro da sua economia de recursos, uma representação que fosse suficiente para que todos pudessem participar ativamente.-----

-----**O Senhor Deputado Municipal Modesto Navarro** disse que, tal como havia afirmado na sessão anterior, aquele era um problema sobre o qual deveriam ponderar bastante, o qual qualificava de “pesado”, não só do ponto de vista financeiro, mas



também, na perspectiva do próprio funcionamento e da validade das comissões.-----
-----Deu o exemplo da 3.^a Comissão, dizendo que no mandato anterior a mesma havia reunido muito, de tal forma que ele próprio sentira alguma dificuldade em participar em todas as reuniões, mas, sublinhou, que dos vinte e dois ou vinte e três membros apenas falavam em relação às propostas em discussão, três, quatro, cinco deputados.-----
-----Acrescentou que a reflexão a fazer teria, certamente, reflexos a nível do Regimento.---
-----Prosseguiu, dizendo que essa ponderação deveria ser feita, desde logo, pelo Partido Socialista porque, por absurdo que parecesse, bastava a essa força política integrar uma única comissão para que a sua representatividade fosse de maioria absoluta, mas que o que acontecia era terem cinco, seis e sete deputados.-----
-----Reiterou que essa ponderação teria que ser feita porque a situação que existia causava algum desagrado e mau estar, porque de um lado havia uma participação muito intensa, doutro, uma participação tão reduzida.-----
-----Lembrou qua as Comissões preparavam a documentação, elaboravam pareceres sobre as propostas para que o Plenário as pudesse entender e decidir melhor, sendo que a votação final era feita nessa sede, e não em sede de comissão.-----
-----Referiu que no mandato anterior tinha assistido a uma situação a que nunca assistira antes, mais precisamente, a um presidente estar contra um parecer da comissão e, ainda assim, ele ter avançado. Lembrou que muitas vezes era das forças políticas diferentes que chegavam as achegas e a partir das mesmas que se acertavam as “coisas”, sublinhando que esse era o espírito do “Poder Local”.-----
-----**A Senhora Presidente** disse concordar com o que acabara de ser dito e que assim iria continuar a ser.-----
-----**O Senhor Deputado Municipal Modesto Navarro** concluiu a sua intervenção, dizendo que, ainda que tivesse o maior respeito pelos resultados eleitorais, não poderia deixar de chamar a atenção para a enorme diferença que existia em matéria de participação nas comissões e reiterou a necessidade de se ponderar sobre essa questão e sobre a própria “validade” e funcionamento das mesmas.-----
-----**O Senhor Deputado Municipal Miguel Graça** disse compreender, de certo modo, alguns dos argumentos invocados pelo Senhor Deputado Modesto Navarro, mas sublinhou que viam como positiva a participação de mais de um deputado de cada força política em cada comissão, desde logo, porque os membros da Assembleia não tinham preparação técnica para muitas das matérias, concluindo que estavam perante uma questão de representação, mas, também, perante uma questão relacionada com a ordem de trabalhos das comissões.-----
-----Defendeu que via com alguma naturalidade que uma força política que tinha mais pessoas, de mais áreas, quisesse utilizá-las como uma mais-valia nas comissões.-----
-----Confessou que não conseguiam indicar mais pessoas, não tinham capacidade para o fazer, dado o número de deputados que eram, mas garantiu que se fossem mais, queriam participar nas comissões o máximo possível, contribuindo, dessa forma, para melhorar o debate político.-----
-----Qualificou de profícua a existência de mais pessoas, de mais saberes nas comissões, uma vez que as discussões eram sempre muito técnicas e especializadas, concluindo que



no mandato anterior ficara demonstrado que essa realidade permitira um melhoramento dos trabalhos.-----

-----**O Senhor Deputado Municipal José Leitão** disse rever-se no que acabara de ser dito pelo Senhor Deputado Miguel Graça, mas acrescentou que não poderia deixar de frisar que a representação do Partido Socialista acabava por ser um pouco o resultado das manifestações de interesses dos outros partidos, até porque o PS havia sido o único a não se manifestar especificamente sobre a matéria.-----

-----Afirmou que era evidente, e tal como havia sido sublinhado pelo Senhor Deputado Luís Newton, que a questão estava relacionada com a representatividade proporcional, a qual já tinha sido comprimida a outros níveis, concluindo que, contudo, na matéria em apreço, não estavam disponíveis para fazê-lo.-----

-----Admitiu que, por outro lado, a composição das comissões não deveria crescer desmesuradamente, sendo certo que o Regimento em vigor dava prevalência, nos casos em que tal fosse requerido, ao número de deputados presentes e não apenas à força mais votada, recordando que no mandato anterior tinha havido uma ou outra votação em que se tinha “funcionado” dessa forma.-----

-----Disse considerar legítimo dar prevalência ao número de deputados efectivamente presentes, mas frisou que a questão da proporcionalidade não poderia ser assim tão comprimida a todos os níveis, ainda que sem prejuízo de entender que a questão teria que ser reaberta em sede de discussão do Regimento.-----

-----**A Senhora Presidente** referiu que essa discussão ainda iria demorar algum tempo e que urgia avançar com a composição das comissões, de acordo com as regras que existiam, lembrando que a proposta do Orçamento teria que ser apreciada antes dos trabalhos do Regimento estarem prontos.-----

-----Disse que gostaria de dar posse às comissões ainda durante a semana que decorria e perguntou ao Senhor Deputado Luís Newton quando é que o PSD poderia indicar os seus nomes.-----

-----**O Senhor Deputado Municipal Luís Newton** comprometeu-se a enviar esses nomes até ao final do dia.-----

-----**A Senhora Presidente** explicou que fizera o documento de uma forma abstrata, sem qualquer base para fazê-lo, tendo partido de um pressuposto que poderia estar errado, tal como havia começado por dizer. Disse que pensara que as vinte e quatro posições, na totalidade, seriam suficientes ao PSD.-----

-----**O Senhor Deputado Municipal Luís Newton** respondeu que a questão não era tanto a das posições serem ou não suficientes, a questão colocava-se mais do ponto de vista da representatividade quando estabeleciam uma comparação entre todos os partidos.-----

-----Explicitou que era uma questão de dimensão política e de representação.-----

-----Afirmou que a questão da intervenção lhe parecia adequada, desde logo, para garantir a pluralidade, que a questão das áreas dos gabinetes não o afectava particularmente, que a redistribuição do apoio aos gabinetes tendo em vista aumentar o disponibilizado aos mais pequenos também não o afectava, mas que, aquela matéria, que envolvia um mecanismo de votação, exigia-lhe alguma reflexão.-----



-----**A Senhora Presidente** clarificou que, naquele momento, não precisava de nomes, mas sim das posições que o PSD pretendia ter nas várias comissões.-----

-----Referiu que, em princípio, iria manter o critério que permitia garantir que a proporcionalidade se mantinha em todas as comissões, tal como estipulava o Regimento, ainda que em sede de alteração do mesmo pudessem rever a situação, designadamente em matéria de votações.-----

-----Admitiu que o Regimento pudesse ser alterado no sentido de prever que cada comissão pudesse ter um número pequeno de membros e que cada deputado pudesse representar a totalidade dos votos da sua bancada, o que se traduziria em menos gente nas comissões.-----

-----Alertou para a circunstância de nesse cenário poder colocar-se o problema, também ele regimental, de cada deputado ter que integrar, pelo menos, uma comissão.-----

-----Disse que compreendia a preocupação do Senhor Deputado Municipal Modesto Navarro, até porque tinha que gerir o orçamento, mas salientou que esse orçamento representava apenas 0,1% do Orçamento da Câmara, provavelmente, até menos, concluindo que não era tanto por questões financeiras que o problema se colocava, mas mais por questões de operacionalidade das comissões, ou seja, de tentar evitar que as comissões fossem compostas por muitas pessoas e que faltassem muitas pessoas às reuniões.-----

-----Informou que iria aguardar pela informação do PSD, que quando a recebesse refaria as contas, que aguardaria pela validação ou não do PS, que, em caso afirmativo, enviaria a todos a nova versão por *e-mail*, e que, caso não houvesse uma reacção no prazo de dois dias, daria o assunto por encerrado, dando posse às comissões ainda durante a semana seguinte.-----

Ponto 2 : Indicação de candidaturas para a eleição de dois Presidentes de Junta (um efetivo e um suplente) em representação das freguesias do Município de Lisboa no XXIII Congresso da ANMP-----

-----**A Senhora Presidente** disse que em relação à matéria constante do ponto dois o habitual era seguir o método de *Hondt*, e que, seguindo esse método, as duas indicações cabiam ao Partido Socialista, perguntando se havia alguma objecção.-----

-----Acrescentou que se não houvesse qualquer objecção iria, ainda naquele dia, solicitar ao PS que indicasse os nomes das duas pessoas, os quais disponibilizaria aos Serviços para que fossem feitos os boletins de voto e a eleição pudesse decorrer no dia seguinte.-----

-----**O Senhor Deputado Municipal Diogo Moura** solicitou que fosse feita a distribuição da tabela com para que pudessem ir acompanhando o método de *Hondt*, tendo a Senhora Presidente solicitado que fossem feitas cópias da mesma para que se procedesse à respectiva distribuição.-----

-----**A Senhora Presidente** explicou que a tabela tinha o referido método relativamente à totalidade dos deputados, mas que depois havia um segundo método de *Hondt* em relação apenas aos presidentes de junta, concluindo que, no entanto, para os primeiros lugares o resultado seria sempre o mesmo.-----

-----Transmitiu, principalmente para quem não tinha integrado a Assembleia no mandato anterior, que os atos eleitorais costumavam ter lugar no *foyer* pequeno, ao lado da sala do



Plenário, enquanto decorriam os trabalhos, tal como acontecia na Assembleia da República, para que não ficassem todos parados à espera do fim do ato eleitoral.-----

-----Informou que depois solicitaria dois escrutinadores, no momento da eleição, ou então, poderiam decidir já em sede de Conferência.-----

-----Considerou que seria uma boa solução seguir, também naquela matéria, o método de *Hondt*, sendo que o referido método daria os escrutinadores, praticamente, todos ao PS, durante uma série de lugares, o que também poderia não ser muito correto.-----

-----Sugeriu que fosse um da Maioria, outro da Oposição, o que tornaria a situação mais equilibrada.-----

-----**O Senhor Deputado Municipal Luís Newton** sugeriu a criação de uma bolsa de voluntários, em que cada partido indicaria pessoas e a Mesa da Assembleia ia fazendo a gestão da mesma.-----

-----**A Senhora Presidente** entendeu, na falta de sugestões, manter o método anterior, dizendo que no dia seguinte solicitaria no Plenário dois voluntários para o efeito, recorrendo à ideia de um da Maioria, outro da Oposição.-----

Ponto 3: Indicação de candidaturas para a eleição dos membros do Conselho Municipal de Segurança (doc. 2)-----

-----**A Senhora Presidente** começou por informar que não tinha agendado o ponto três para a sessão do dia seguinte uma vez que ainda não tinham discutido o assunto.-----

-----Solicitou à Dra. Alexandra Casanova, sua assessora, que explicasse um pouco o que estipulava a Lei sobre o assunto em apreço.-----

----- **A Dra. Alexandra Casanova** informou que, de acordo com as normas legais e o Regulamento do Conselho Municipal de Segurança, a Assembleia Municipal teria que nomear dezassete cidadãos de reconhecida idoneidade, cidadãos que seriam propostos nos termos em que a Senhora Presidente e os Senhores Representantes decidissem.-----

-----Continuou dizendo que teriam também que ser designados oito presidentes de junta, sublinhando que, e ainda segundo as mesmas normas, dever-se-ia manter o princípio da proporcionalidade, devendo estar representadas todas as forças políticas que tinham presidentes de junta, que eram três.-----

-----**A Senhora Presidente** sugeriu que relativamente aos presidentes de junta seguissem o método de *Hondt* previsto para os presidentes das juntas de freguesia, alertando para a necessidade de se garantir que todas as forças políticas que tivessem juntas estivessem representadas no Conselho.-----

-----**O Senhor Deputado Municipal José Leitão** recordou que no mandato anterior havia quatro presidentes de junta do PS, dois do PSD, um do PCP e outro do Parque das Nações.-----

-----**A Senhora Presidente** assinalou que seguindo o método de *Hondt*, já haviam esgotado os dois primeiros lugares com a Associação Nacional dos Municípios Portugueses e que os oito que se seguiam seriam sete do PS e um do PSD.-----

-----Propôs que as referidas forças políticas acordassem uma disposição de lugares diferente e que fosse disponibilizado um ao PCP.-----

-----Perguntou se poderiam fazer como no mandato anterior, concretizando que a proposta que estava em cima da mesa era a de não seguirem rigorosamente o método de



Hondt, fazendo-se um ajustamento, sugerindo cinco presidentes de junta do PS, dois do PSD e um do PCP.-----

-----Acrescentou, quanto às dezassete personalidades, que o método a seguir poderia ser o método de *Hondt*, mas o que era aplicável a todos os deputados municipais.-----

-----**A Dra. Alexandra Casanova** lembrou a Senhora Presidente sobre a questão da alteração à Lei que criara os conselhos municipais de segurança. Refere que a nova Lei inclui os temas da violência doméstica e da sinistralidade rodoviária nos objectivos e competências do Conselho, mas que o Regulamento do Conselho que ainda estava em vigor não contemplava as referidas matérias.-----

-----**A Senhora Presidente** perguntou se nas alterações ao Regulamento que haviam proposto tinham introduzido essas matérias, tendo a Dra. Alexandra respondido afirmativamente.-----

-----Transmitiu que a Assembleia Municipal de Lisboa tinha aprovado no mandato anterior umas alterações ao referido Regulamento, tinha-as enviado para o Conselho Municipal de Segurança, mas que o mesmo nada tinha devolvido, não permitindo que a Assembleia tivesse feito uma aprovação definitiva.-----

-----Salientou que o Regulamento anterior se mantinha em vigor, mas que em qualquer circunstância, a Lei estava sempre acima dos Regulamentos.-----

Ponto 4: Apreciação da Proposta 001/PSD/2017 - Debate Temático sobre Segurança e Qualidade de Vida Nocturna na cidade de Lisboa (doc.3)-----

-----**A Senhora Presidente** sugeriu que não se fizessem três dias de debate, que as respetivas conclusões, relativamente às quais se propunha fazer uma terceira sessão, pudessem constituir um ponto da ordem de trabalhos de uma sessão da Assembleia.-----

-----Justificou o que propunha explicando que nesse momento já estariam em fase da deliberação, e já não a ouvir a população.-----

-----Sugeriu que se realizassem duas, ou apenas uma sessão com intervenções mais curtas.-

-----**O Senhor Deputado Municipal Modesto Navarro** deu a sua opinião no sentido de serem duas sessões.-----

-----**A Senhora Presidente** disse que primeiro seria necessário definir se faziam uma ou duas sessões e depois definiriam os nomes.-----

-----Referiu que a prática aconselhava que a lista de nomes fosse anexada à Proposta, mas que não ficassem vinculados à mesma no sentido de terem que aprovar no dia seguinte os nomes nela constantes, até porque havia sempre pessoas que não podiam aceitar o convite, sendo necessário fazer novos convites.-----

-----Sugeriu que a lista circulasse apenas entre a Mesa e os Senhores Representantes, ficando a primeira responsável pelo envio de convites e pela recolha das correspondentes respostas.-----

-----Disse que o PSD indicava um conjunto de nomes, mas que se deveria fixar um prazo para que as outras forças políticas pudessem indicar os seus, sendo que a Mesa iria fazendo a gestão da situação.-----

-----Invocou um modelo que já tinham utilizado, quer na Plataforma de Monsanto, quer no Debate sobre a 2.ª Circular, que reputou de grande utilidade, e que consistia em considerar dois tipos de participantes no Debate, mais precisamente, os oradores iniciais,



a quem era dado um pouco mais de tempo de intervenção, e os representantes de entidades que não eram convidadas como oradores principais, mas que poderiam usar da palavra.-----

-----Sugeriu oito minutos para os primeiros e três para os restantes, fixando-se ainda um período para o público falar.-----

-----Perguntou ao Senhor Representante do PSD se estava disponível para aquele tipo de modelo.-----

-----**O Senhor Deputado Municipal Luís Newton** começou por dizer que concordava com a integração da terceira sessão numa sessão ordinária ou extraordinária da Assembleia.-----

-----Acrescentou que havia que separar as duas áreas a tratar, uma que abrangeria as questões de segurança propriamente dita e a outra a questão da ocupação da via pública e o resultado dessa ocupação.-----

-----Esclareceu que o levantamento que haviam feito era meramente sugestivo, eram nomes de entidades que à partida poderiam ter algo a oferecer sobre o tema a discutir.-----

-----Referenciou o Presidente da Federação Europeia de Psicólogos, informando que o mesmo era português e que poderia dar ao Debate um contributo muito válido.-----

-----Frisou que estava muito em voga a ideia de que as pessoas que trabalhavam por turnos e que, recorrentemente, trabalhavam à noite, poderiam estar condicionadas, até a nível de discernimento. -----

-----Reputou de muito útil a reflexão que, eventualmente, pudesse ser feita sobre a possibilidade da legislação que pudesse resultar do Debate ter em consideração que o ser humano não fora concebido para trabalhar à noite, mas sim, de dia.-----

-----Defendeu que trabalhar dias consecutivos à noite em áreas consideradas particularmente stressantes poderia ter influência na *psique* humana, podendo, inclusive, afetar o próprio rendimento e capacidade de interação com as pessoas.-----

-----**O Senhor Deputado Municipal José Leitão** disse considerar o Debate muito oportuno, e que o mesmo não deveria ter mais que duas sessões.-----

-----Disse que a questão de convidar, ou o coordenador da unidade técnica ou os directores de departamento, poderia ser decidida mais tarde, sendo que o importante, naquele momento, era definir as linhas gerais do Debate.-----

-----Manifestou concordância em que se envolvessem as associações de moradores, comerciantes, que fosse feita a monitorização de algumas medidas que haviam sido tomadas, designadamente em matéria de horários, mais precisamente quanto ao respectivo cumprimento.-----

-----**A Senhora Deputada Municipal Cláudia Madeira** disse que também tinham três propostas para apresentar, sendo que duas delas já tinham sido feitas, começando por manifestar o seu acordo com a inclusão das conclusões do Debate numa reunião da Assembleia.-----

-----Transmitiu que a segunda proposta consistia em convidar as associações de moradores para as duas sessões, dedicadas à segurança e ao ruído e qualidade de vida, e a terceira em que pudessem ficar definidos na reunião que estava a decorrer os moldes em que o Público e o Deputados Municipais iriam poder participar no Debate, inclusive os



tempos, o que deveria ser feito de forma a garantir que não houvesse painéis muito extensos coarctando-se a oportunidade do Público intervir.-----

-----**A Senhora Presidente** sugeriu que fossem criados quatro blocos para cada tema, sendo que o primeiro seria para oradores convidados, o segundo para entidades convidadas, onde se incluíam as associações de moradores e representativas da comunidade, um terceiro bloco destinado à intervenção do Público e um quarto destinado à participação das forças políticas.-----

-----**A Senhora Deputada Municipal Isabel Pires** disse concordar com a sugestão de incluir as conclusões do Debate num ponto da ordem de trabalhos de uma sessão da Assembleia.-----

-----Referiu que o trabalho por turnos e a influência que tinha ou não na própria execução do trabalho que estava em causa, especificamente relacionado com as situações que tinham sido noticiadas nos últimos tempos, eram, efectivamente, um tema importante, sublinhando que caso não fosse possível a participação da Federação Europeia de Psicólogos, havia vários académicos da área do direito laboral que tinham estudado bastante a matéria e que poderiam participar.-----

-----Disse que também não se opunham à participação da associação de moradores, mas acrescentou que gostariam de propor a inclusão ou na sessão relativa à “Segurança” ou na relativa ao tema “Ruído e Qualidade de Vida” de um outro tema relacionado com questões de organização da cidade, de organização urbanística, desde logo a forma como os regulamentos eram feitos, as divisões que existiam dentro da própria cidade para os espaços, a forma como eles conviviam com outros espaços, concluindo que era nesse sentido que queriam propor, talvez na sessão relativa ao tema da segurança, a inclusão entre os participantes de mais uma ou duas pessoas estudiosas da matéria.-----

-----Referenciou um investigador Catalão, Jordi Nofre, informando que o mesmo coordenava o Projecto LX Nights e estudava a matéria em apreço ao nível de construção da cidade e da respectiva organização, tentando perceber como esses aspectos poderiam influenciar fenómenos semelhantes aos que estavam a acontecer.-----

-----Sugeriu ainda o nome da António Brito Guterres, o qual estava envolvido na construção da estratégia cultural para a cidade de Lisboa, com muito estudo feito em matéria de organização da cidade, nomeadamente sobre a questão dos estabelecimentos de diversão nocturna e sobre as formas de encontrar os tais equilíbrios que permitiam evitar situações de insegurança e de violência.-----

-----Concluiu que seria importante incluir as questões que acabara de enunciar sob risco de não estarem a ter um debate na sua generalidade e de não estarem a discutir todos os pontos com influência na matéria. Comprometeu-se a enviar por *e-mail* as sugestões do partido que representava dentro do prazo que ali definissem.-----

-----**O Senhor Deputado Municipal Diogo Moura** referiu que também concordavam com a realização de apenas duas sessões, até porque a realização de uma terceira não daria tempo suficiente para a elaboração de relatório a submeter à consideração do Plenário na reunião de nove de janeiro.-----

-----Disse concordar com a existência de quatro blocos tal como havia sido sugerido pela Senhora Presidente, em que o primeiro fosse destinado aos oradores iniciais, o segundo às



associações de moradores e de comerciantes, o terceiro ao Público e, no final, um em que se disponibilizassem três minutos a cada grupo municipal.-----

----Acrescentou que também gostaria de propor que na sessão dedicada ao tema da segurança pudesse haver um especialista que interviesse sobre o tema da segurança urbana, tal como o BE havia sugerido relativamente à questão da organização da cidade.--

----Salientou ainda a importância de ouvir as entidades credenciadas na matéria em apreço e que nela tinham um interesse direto.-----

----Concluiu, dizendo que relativamente ao tema do ruído, a proposta do CDS ia ao encontro da apresentada pelo Senhor Deputado Luís Newton, devendo ser dada uma visão académica, com o recurso a sociólogos ou psicólogos que pudessem explicar alguns fenómenos ligados à qualidade de vida ou melhor, à falta dela, ao ruído e a tudo o que estivesse relacionado com a vida nocturna da cidade e com o que nela acontecia.-----

----**O Senhor Deputado Municipal Miguel Graça** começou por agradecer ao PSD pela iniciativa, dizendo que concordavam com a mesma desde o início, e, ainda, pelo facto de ter aceiteado a sugestão dos Deputados Independentes na mudança do tema do Debate para “Segurança e Qualidade de Vida Noturna na cidade de Lisboa”.-----

----Afirmou ter algumas reservas quanto ao número de sessões se estenderem muito, lembrando que no mandato anterior o modelo variara, sendo que quando se havia prolongado por muitas sessões perdera força, pelo que concordavam que a terceira sessão fosse integrada numa sessão da Assembleia, concluindo que até propunham que se realizasse uma única sessão.-----

----Transmitiu que concordavam que fossem convidadas as associações de moradores e que tinham até algumas sugestões de nomes, mais precisamente a APDES – Agência Piaget para o Desenvolvimento, uma associação que tinha um programa de redução de riscos, de informação e sensibilização das pessoas, em particular, de jovens consumidores de álcool, e que também tinha um projecto denominado SAFE!N através do qual era desenvolvido um trabalho com o *staff* dos locais de diversão nocturna ao qual era dada formação e se ensinava a resolver questões mais complicadas.-----

----Invocou outros dois projectos que reputou de interessantes, mais precisamente o desenvolvido pelo Teatro Humano, um teatro comunitário que trabalhava em locais de consumo de drogas e álcool, em que havia comportamentos de risco, e que funcionava dentro de um autocarro de prevenção, e o desenvolvido pela Associação “Crescer Na Maior”, uma associação que trabalhava só com aquelas temáticas e com outras relativas à noite, como era o caso dos sem-abrigo.-----

----**O Senhor Deputado Municipal Modesto Navarro** manifestou a sua concordância com a integração da terceira sessão numa sessão da Assembleia e propôs o nome de Carlos Oliveira, dirigente da ASPP- Associação Sindical dos Profissionais da Polícia, para participar na qualidade de orador na primeira Sessão do Debate Temático.-----

----Acrescentou que em relação às associações de moradores não deveriam ser muito institucionais, devendo haver a preocupação de ouvir as próprias pessoas que viviam em zonas difíceis, de forma a terem o relato dessas situações de dureza, vivenciadas por essas pessoas.-----



-----**O Senhor Deputado Municipal José Leitão** disse que para além de algumas questões importantes já enunciadas como era a dos jovens consumidores de álcool, outras havia igualmente importantes que mereciam ser tratadas, dando o exemplo da venda e consumo de álcool em alguns bairros.-----

-----Explicou que aquela era uma questão que era tratada noutras cidades e que não deveria ser escamoteada na cidade de Lisboa, pelo que se alguém conhecesse algum entendimento na matéria deveria indicá-lo.-----

-----**O Senhor Deputado Municipal Miguel Santos** disse concordar, de uma forma geral, com tudo o que ali havia sido dito e agradeceu ao PSD pela iniciativa.-----

-----Sublinhou que, contudo, lhe parecia faltar uma questão importante, muito discutida, aliás, no mandato anterior, que era a questão da videovigilância.-----

-----Afirmou que estava previsto fazer naquela área importantes investimentos, pelo que considerava de grande utilidade que a Assembleia Municipal se pronunciasse quanto ao tipo de videovigilância que pretendia para a cidade.-----

-----Explicou que a análise poderia ser feita numa perspectiva apenas securitária, de mera verificação de eventos ao nível da criminalidade, mas também numa outra perspectiva que poderia ser a mais importante para a Assembleia, que era a do socorro aos cidadãos, uma perspectiva que poderia obrigar a uma maior intervenção ao nível dos recursos humanos, mas que acreditava ser a mais útil.-----

-----Referiu a existência de várias técnicas de videovigilância relativamente às quais entendia não haver informação suficiente para que se pudessem estabelecer comparações, pelo que defendia que o assunto deveria ser devidamente discutido, de forma a que, quando fossem feitos os investimentos previstos pela Câmara, todos estivessem muito conscientes do que se estava a comprar, das funcionalidades e da utilidade do equipamento para as populações.-----

-----Sugeriu que fosse convidado um especialista em videovigilância que pudesse dar uma panorâmica das várias possibilidades que o sistema permitia.-----

-----**A Senhora Deputada Municipal Aline Beuvink** felicitou o PSD pela iniciativa, qualificando o Debate de muito importante, dizendo que concordava com a maior parte das considerações que haviam sido feitas, desde logo quanto à necessidade de realizar um debate em que houvesse um equilíbrio de opiniões de académicos e de profissionais e investigadores da matéria objecto do mesmo.-----

-----Disse concordar com a integração da terceira sessão numa sessão normal da Assembleia Municipal e considerar suficiente a realização de uma única sessão, mas admitiu que tal deveria ser determinado tendo em consideração o número de entidades convidadas e os tempos distribuídos.-----

-----Por último, sugeriu que se convidasse a Associação Nacional de Bombeiros Profissionais porque, em termos de segurança e qualidade de vida, os bombeiros eram fundamentais e deveriam ter uma palavra a dizer.-----

-----**O Senhor Deputado Municipal Luís Newton** qualificou de bastante úteis todos os contributos que haviam sido dados, dizendo que o que se pretendia era conseguir uma abrangência em termos de conteúdos que permitissem enriquecer as conclusões da própria Assembleia e os contributos que iriam ser devolvidos à Sociedade depois de a



ouvirem.-----

----Afirmou, quanto ao número de sessões, que deveria haver duas, com os respectivos temas separados, tratados *de per si*, até por uma questão de eficácia dos temas.-----

----Justificou que previra uma terceira sessão um pouco inspirado no modelo da “Colina de Santana”, mas admitiu que tendia a concordar com a inclusão dessa terceira sessão numa normal da Assembleia Municipal.-----

---- Disse concordar com o modelo dos quatro blocos, uma vez que lhe parecia ser mais eficaz do ponto de vista da gestão, até dos próprios tempos de participação.-----

----Apelou a alguma sensibilidade no que respeitava à lista de nomes a apresentar tendo em consideração a eficácia final de Debate, de forma a que não houvesse demasiados intervenientes, o que poderia criar alguma dispersão, com eventual perda de eficácia quanto à informação apreendida e às conclusões, concluindo que, contudo, até ao momento, não lhe parecia que tal estivesse a acontecer.-----

----Sublinhou que quanto mais expandissem o Debate, mais temas seriam introduzidos, correndo-se o risco de terem que fazer um esforço significativo para separar a origem e as consequências do problema, quando o que interessava, naquele momento, era debruçarem-se, sobretudo, sobre as origens.-----

----**A Senhora Presidente** propôs que o nome de uma das sessões fosse “Segurança da Vida Noturna em Lisboa”, mas sugeriu também que dentro desse tema se especificassem quatro situações, uma primeira em que seria feito um ponto de situação, em que alguém teria que informar qual a avaliação que os responsáveis faziam da segurança nocturna em Lisboa, uma segunda em que seria feita uma análise dos comportamentos de risco e das vulnerabilidades, uma terceira situação relacionada com os mecanismos e instrumentos de prevenção que estavam a ser utilizados na cidade de Lisboa e, por fim, uma situação relacionada com a videovigilância.-----

----Propôs que a segunda sessão se designasse “Ruído e Qualidade de Vida em Lisboa”, também ela prevendo quatro situações, sendo uma primeira em que seria feito um ponto de situação, uma segunda onde seriam analisados os principais fatores de risco, uma terceira que correspondia à avaliação do Regulamento de Horários, que era um dos principais pontos de tensão e conflito e, por último, um ponto relativo às “boas práticas”.-----

----Referiu que se os Senhores Representantes concordassem, enviaria a sua proposta ao Senhor Deputado Luís Newton, de forma a que a mesma fosse aditada à proposta do PSD, dando origem, assim, a uma versão renovada.-----

----Resumiu em que consistia a sua proposta, mais precisamente em acrescentar-se um ponto com o formato da sessão, em referir que iriam existir quatro blocos, com um painel de convidados, entidades, público em geral e grupos municipais e em prever que todos as forças políticas poderiam indicar nomes à Mesa e ao partido proponente, os quais fariam depois a gestão dos convites e das presenças.-----

----Reconheceu a conveniência em serem indicados mais do que dois ou três nomes uma vez que, às vezes, “falhavam” alguns nomes porque as pessoas não podiam estar presentes, tendo que ser feitos novos convites.-----

-----Sugeriu que o Debate não ocorresse na semana seguinte, mas sim duas semanas depois.-----



-----Disse que o prazo para a entrega de nomes poderia ser até ao final da semana que estava a decorrer, e solicitou que quando indicassem um nome, especificassem se era para intervir na qualidade de orador convidado, ou enquanto pessoa ligada a uma entidade, concluindo que poderia ser o próprio partido a dirigir o convite.-----

-----**O Senhor Deputado Municipal Diogo Moura** chamou a atenção para a circunstância de relativamente ao primeiro painel já estar definido o respectivo moderador, não acontecendo o mesmo em relação ao segundo, pelo que entendia que ou não se colocava o nome do moderador do primeiro painel, ou tentavam escolher logo o nome do moderador do segundo painel.-----

-----Acrescentou que a mesma questão se colocava relativamente aos relatores, pelo que sugeria que, pelo menos, definissem qual a força política que os iria indicar, ainda que não se adiantassem nomes.-----

-----**A Senhora Presidente** respondeu que havia dois critérios que poderiam ser seguidos, um que era a via institucional, outro a via da iniciativa.-----

-----Concretizou, dizendo que tendo sido o PSD a ter a iniciativa do Debate, poderia o mesmo querer moderar um dos painéis.-----

-----Afirmou que se as comissões já estivessem constituídas, obviamente, que o moderador seria o presidente da comissão responsável pela matéria da segurança, acrescentando que na segunda sessão já teriam, certamente, definida a composição das mesmas, e, nessa fase, já poderia ser moderador o Presidente da 8.^a Comissão.-----

-----**O Senhor Deputado Municipal Luís Newton** disse ser um adepto dos modelos institucionais, e, ainda, que a 8.^a Comissão ou seria presidida por um elemento do PSD ou por um elemento do PS, pelo que sugeria que se previsse que o painel fosse moderado pelo Presidente da 8.^a Comissão, o qual, certamente, já estaria indicado no dia cinco de dezembro.-----

-----**A Senhora Presidente** disse considerar interessante a solução apresentada e, seguidamente, pediu voluntários para a função de relator, dois para cada uma das sessões.-----

-----**O Senhor Deputado Municipal Luís Newton** transmitiu que o PSD estava disponível para indicar, pelo menos, um nome para cada sessão, mas se fosse apenas um, indicaria para a primeira.-----

-----**O Senhor Deputado Municipal José Leitão** informou que o PS indicaria para a segunda sessão.-----

Ponto 5: Ajustamento do Calendário das reuniões da AML até final de 2017 (doc. 4)-----

-----**A Senhora Presidente** informou que o Senhor Vereador João Paulo Saraiva tinha solicitado a realização de uma reunião da Assembleia no dia vinte e um de dezembro para apreciação do Orçamento da Câmara, mas que tinha rejeitado o pedido com o fundamento de que seria muito difícil proceder à apreciação do documento na semana do Natal, pelo menos, disponibilizar-lhe a atenção que o mesmo merecia, concluindo que essa apreciação só iria ser feita em janeiro.-----

-----Sublinhou não existir qualquer problema legal no adiamento dessa apreciação, ainda que entendesse que houvesse alguma conveniência em fazê-lo o mais depressa possível porque iriam entrar num novo ano sem orçamento aprovado, concluindo que, no entanto,



aplicava-se o regime dos duodécimos.-----

-----**O Senhor Vereador João Paulo Saraiva** disse que a consequência seria um atraso de uma semana na disponibilização do Orçamento se, na melhor das hipóteses, ele fosse apreciado na sessão de nove de janeiro.-----

-----Referiu que o documento só estaria “aberto” dia vinte e quatro ou vinte e cinco de janeiro porque era o tempo necessário para passar os compromissos de um ano para o outro, explicando que teriam que mudar a grelha em função das eleições, alterar os eixos que decorriam do próprio programa do Governo, o que tornava o processo um pouco mais morosa, concluindo que seriam quinze dias inevitáveis de “*delay*”.-----

-----Informou que iria disponibilizar o documento à Câmara em vinte e nove de novembro, que a discussão do mesmo iria ocorrer no dia catorze de dezembro, e que, a partir dessa data, a Câmara estaria disponível para reunir as vezes que fossem necessárias com as Comissões.-----

-----**A Senhora Presidente** disse que teria que definir, em coordenação com o Núcleo de Apoio às Comissões, quais os dias em que as comissões poderiam reunir, tentando criar o tal plano megalómano que consistia em ouvir toda a gente que fosse possível ouvir, designadamente todas as direcções e vereadores com pelouro.-----

-----Lembrou que não iriam apreciar apenas o Orçamento, mas também o Plano e a Tabela de Taxas, sublinhando que essa levantava sempre alguns problemas políticos.-----

-----Solicitou ao seu Gabinete que lhe disponibilizasse a delegação de competências da Câmara porque precisava de ter conhecimento dos pelouros de cada vereador para ter a certeza de que todos os pelouros “seriam ouvidos” na comissão correspondente, atendendo ao âmbito de cada comissão,.-----

-----Informou que quando a matéria era do âmbito de duas comissões as reuniões eram conjuntas.-----

-----Perguntou ao Senhor Vereador se havia alguma obrigatoriedade perante as Finanças de aprovar a Tabela de Taxas antes do final do ano.-----

-----**O Senhor Vereador João Paulo Saraiva** respondeu afirmativamente, esclarecendo que as propostas referentes à fixação dos impostos, designadamente IRS, IRC e Derrama, ou seja, relativas à política fiscal, teriam que ser aprovadas até ao final do ano civil.-----

-----**A Senhora Presidente** respondeu que então teriam, necessariamente, que aprovar as propostas de política fiscal na reunião de dezanove de dezembro.-----

-----Salientou que tinha havido alguma estabilidade em matéria de política fiscal, exceptuando a questão das taxas, relativamente a algumas das quais tinha havido uma certa polémica.-----

-----Acrescentou que teriam que estar atentos ao Orçamento do Estado que iria ser discutido na semana seguinte para ver se iriam existir alterações, sendo que havia notícias no sentido de se pretender baixar os limites do IMI.-----

-----Solicitou ao Senhor Vereador que desse então prioridade às propostas de política fiscal, de forma a poder agendá-las para o dia dezanove de dezembro, podendo assim o Município de Lisboa cumprir o calendário oficial junto da Direcção Geral do Tesouro.-----

-----Informou que essa sessão seria uma continuação de uma sessão ordinária, e teria na sua ordem de trabalhos, desde logo, as propostas de política fiscal, mas também a



Informação Escrita do Senhor Presidente relativamente ao período de tempo fixado entre vinte e seis de outubro e trinta de novembro.-----

-----Transmitiu que recebera uma carta da Entidade das Contas e Financiamentos Políticos que já enviara, inclusive, para a Câmara de Lisboa, a qual chamava a atenção para a ilegalidade da isenção que existia na Tabela de Taxas do Município de Lisboa relativamente ao estacionamento dos Partidos Políticos, um entendimento que tinha cobertura em vários acórdãos do Tribunal Constitucional, concluindo que esse entendimento exigia a eliminação do normativo que a previa.-----

Ponto 6: Outros assuntos-----

-----**O Senhor Deputado Municipal Luís Newton** começou por reiterar que era muito institucional, em particular, relativamente à questão que iria passar a expor.-----

-----Disse que no decurso da sessão da Assembleia anterior, e, já depois, tendo recebido alguma documentação relacionada com moções e recomendações, tinha-se apercebido de algumas referências ao Partido “Livre”, pelo que não poderia deixar de registar que esse partido não fora eleito para a Assembleia Municipal de Lisboa.-----

-----Prosseguiu, dizendo que algumas das moções e recomendações entregues tinham mesmo o símbolo do referido Partido.-----

-----Afirmou que essa situação gerava algum desconforto porque todos sabiam que no âmbito do acordo de coligação havia um conjunto de independentes incluídos na lista do Partido Socialista que poderia ter ligações ao Partido “Livre”.-----

----- Disse que a Lei não permitia que as pessoas pudessem estar filiadas em dois partidos em simultâneo ou que concorressem a um ato eleitoral na lista de um partido, sendo filiado noutro, pelo que deduzia que se tratava de independentes do “Livre” que estavam como independentes na lista do PS.-----

-----Garantiu não pretender coartar a liberdade de acção política de qualquer senhor deputado, ou criar, de alguma forma, alguma fragilização na sensibilidade do mesmo, sublinhando que, no entanto, era muito institucionalista e só estava a defender o que decorria directamente da Lei.-----

-----Por fim, apelou à Mesa que alertasse os Senhores Deputados Independentes que pudessem estar ligados ao “Livre” que não fizessem qualquer referência a esse partido na documentação que apresentassem, e aos Serviços, que não fizessem constar das legendas relativas às intervenções dos Senhores Deputados Independentes qualquer alusão ao Partido “Livre”.-----

-----**A Senhora Presidente** respondeu, dizendo que já tinha dado orientações nesse sentido. Disse que no *site* estavam os documentos originais, os quais teriam, obviamente, que ser corrigidos.-----

-----Pedi ao Senhor Deputado Miguel Graça que transmitisse aos Senhores Deputados Independentes em questão que não poderiam fazer qualquer referência ao Partido “Livre” e sublinhou que se percebia perfeitamente a autoria da documentação que os mesmos apresentavam a partir do momento em que a subscreviam.-----

-----Reforçou que os mesmos não poderiam usar símbolos, nem siglas, que estavam identificados como deputados independentes e que eram referenciados enquanto tal, inclusive no *site* da Assembleia Municipal.-----



-----Solicitou à sua assessora, com competência na matéria, Dra. Luísa Jacobetty que eliminasse no *site*, na página relativa aos Deputados Independentes, qualquer referência que existisse relativamente ao Partido “Livre”.-----

-----**O Senhor Deputado Municipal Miguel Graça** sublinhou que, tal como havia sido dito na primeira reunião, estavam ali a representar os Deputados Municipais Independentes, os que pertenciam ao Movimento Cidadãos por Lisboa, e os que poderiam ter alguma ligação ao Partido “Livre”, todos eles eleitos integrando a lista do Partido Socialista.-----

-----De seguida, esclareceu que nenhum deles estava inscrito em qualquer grupo municipal, que todos eles eram tratados como independentes e não como grupo municipal.-----

-----Frisou que o Movimento Cidadãos por Lisboa nunca se havia autodenominado de “Grupo” e que tinha até bastante cuidado naquele particular. Sublinhou que era um “Movimento” constituído fora da Assembleia Municipal, que tinha uma identidade própria que não poderia deixar de existir e que tinha a sua própria imagem.-----

-----Justificou, em relação aos Senhores Deputados em questão que era a primeira vez que estavam a participar e que poderiam não se ter apercebido do problema, apesar de terem conversado sobre o assunto.-----

-----Comprometeu-se a transmitir aos visados que a designação do Partido em referência não poderia ser usada, uma vez que não tinha sido nesse enquadramento que tinham concorrido ao ato eleitoral, mas enquanto elementos integrantes da lista do PS.-----

-----Por último, garantiu que ninguém se sentia coarctado nos seus movimentos, e que, obviamente, iriam corrigir a situação.-----

-----**A Senhora Presidente** informou que o Grupo de Trabalho do Regimento já estava constituído, mais precisamente pelos membros da Mesa, pelo Senhor Deputado José Leitão, pela Senhora Deputada Ana Mateus, pelo Senhor Deputado Modesto Navarro, pelo Senhor Deputado Diogo Moura, pelo Senhor Deputado Rui Costa, pela Senhora Deputada Inês Sousa Real, pela Senhora Deputada Cláudia Madeira, pelo Senhor Deputado Raul Santos, pela Senhora Deputada Aline Beuvink e pelo Senhor Deputado Miguel Graça.-----

-----Estabeleceu o prazo de trinta de novembro para apresentação de propostas de alteração ao Regimento, findo o qual, informou, seria marcada uma reunião, em princípio, para a semana seguinte, esclarecendo que durante o funcionamento do Grupo de Trabalho poderiam ir sendo apresentadas novas propostas.-----

-----Disse que as reuniões iriam, certamente, decorrer às terças-feiras de manhã, atendendo à disponibilidade de agenda sua e do Senhor Deputado Modesto Navarro.-----

-----Terminou, lembrando que cada grupo municipal poderia ter uma página no *site* da Assembleia Municipal de Lisboa, o qual era coordenado pela Dra. Luísa Jacobetty, pelo que solicitava que informassem a mesma do nome da pessoa de cada partido que iria ser responsável pela gestão da respectiva página, até porque havia alguma informação a ser disponibilizada para o efeito.-----

-----**Durante a reunião** foram distribuídos os documentos seguintes que se anexam a esta ata e dela fazem parte integrante:-----



- 1. Quadro com a Participação dos Grupos Municipais e Independentes nas Comissões Permanentes na sequência da aprovação da Proposta 004/AM/2017 (doc. n.º1)-----
- 2. Norma regulamentar relativa à indicação de candidaturas para a eleição dos membros do Conselho Municipal de Segurança (doc. n.º 2)-----
- 3. Proposta 001/PSD/2017 - Debate Temático sobre Segurança e Qualidade de Vida Nocturna na cidade de Lisboa (doc. n.º 3)-----
- 4 Previsão de reuniões até 31.12.2017 – em 17.11.2017 (doc. n. 4)-----

Nada mais havendo a acrescentar, a Senhora Presidente da Assembleia Municipal de Lisboa deu por encerrada a reunião pelas dezasseis horas, da qual se lavrou a presente ata, que depois de lida e aprovada, vai ser assinada pelos dois membros da Mesa presentes na reunião -----

A Presidente _____

A Segunda Secretária _____